



## SEÇÃO: RESENHAS

**COSSE, Isabella. (Comp.). *Familias e infancias en la historia contemporánea: jerarquías de clase, género y edad en Argentina*. Buenos Aires: Eduvim, 2021.****Uma história interseccional contemporânea: Hierarquias de gênero, classe e idade na Argentina**

*Una historia interseccional contemporánea: Jerarquías de género, clase y edad en Argentina*

*A contemporary intersectional history: Hierarchies of gender, class, and age in Argentina*

**Camila Serafim****Daminelli<sup>1</sup>**[orcid.org/0000-0003-1893-1543](https://orcid.org/0000-0003-1893-1543)[camis.hst@gmail.com](mailto:camis.hst@gmail.com)**Recebido:** 29 mai. 2023.**Aprovado:** 22 mai. 2024.**Publicado:** 14 ago. 2024.

**Resumo:** O livro é resultado de pesquisas reunidas sob a coordenação da historiadora Isabella Cosse junto ao Grupo de Investigação *Historia de las Familias y las Infancias en la Argentina Contemporánea* (Instituto de Investigaciones de Estudios de Género, Universidad de Buenos Aires – IIEG/UBA).

**Palavras-chave:** história; interseccionalidade; famílias e infancias; Argentina.

*Familias e infancias en la historia contemporánea* é uma obra fundamental para apreender as relações sociais, culturais, políticas e econômicas profundamente hierarquizadas que assentam a Argentina do tempo presente. Trata-se de um livro composto por capítulos de diferentes autorias, no rigor do ofício de historiadores e historiadoras que revelam, por meio de suas pesquisas, relações desiguais e produtos deletérios da própria cultura em que se inserem. Ao trazerem para a cena uma história permeada por histórias - com lutas, sentimentos, tensões e experiências inscritas em seus vínculos - a obra desnaturaliza sentidos comuns e desvenda a historicidade das hierarquias que moldam as relações sociais contemporâneas: o classismo, o machismo, o racismo, o adultocentrismo.

A historiadora rioplatense Isabella Cosse é quem compila a obra, fruto de discussões no âmbito do Grupo de Pesquisa *Historia de las Familias y las Infancias en la Argentina Contemporánea*, vinculado ao *Instituto de Investigaciones de Estudios de Género*, da *Universidad de Buenos Aires* (IIEG/UBA). Cosse é autora de vasta produção sobre o tema, com ênfase no rol político adquirido pelas infancias e pelas famílias ao longo do século XX argentino. Em *Estigmas de nacimiento* (COSSE, 2006), a escritora analisou a filiação ilegítima de Juan Domingo Perón, durante



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

o seu primeiro governo, questão que emerge como um problema social para, redimido, fissurar o modelo de família e conjugalidade oficial, sua domesticidade e mandatos de gênero. *Pareja, sexualidad y familia en los años 1960* (COSSE, 2010), por sua vez, aborda as transformações nas dinâmicas amorosas buenaienses naqueles que foram anos de revolução sexual – mas também de instabilidade política e da consolidação de novos padrões culturais. Nas referidas obras, como também nesta em análise, cobra relevo o olhar sensível da investigadora às fontes e processos históricos, que flui das experiências vividas às macro análises políticas e sociais para oferecer-nos uma leitura deleitante, característica de sua narrativa.

*Familias e Infancias en la historia contemporánea* expressa a inteligência do grupo de pesquisa coordenado por Cosse, cujos membros investigam objetos e marcos temporais distintos, com perspectivas de análise afins. A autora sustenta, em sua introdução, a transversalidade das discussões que abrangem as hierarquias de classe, gênero e idade, e o elemento racial como um coadjuvante significativo. A Argentina em plena transformação é mobilizada pela historiadora como palco comum das histórias narradas – seja aquela assolada por duas ditaduras entre os anos 1960 e 1980 ou pela passagem do século XIX para o XX, quando então o próprio Estado nacional estava sendo gestado. O livro lança luz sobre as políticas públicas como arenas de disputa acerca dos padrões familiares, dos mandatos de gênero e das hierarquias de classe e idade, e suas dissidências, no âmbito do Estado e da sociedade argentina. A obra está composta por sete capítulos dispostos cronologicamente, cujo apanhado historiográfico dos processos experienciados por homens, mulheres, crianças e jovens nos marcos da contemporaneidade é imprescindível como preâmbulo para se compreender o longo século XX argentino.

O texto de Claudia Freidenraij abre os capítulos autorais. A historiadora analisa um conjunto de fotografias produzidas por aficionados pela passagem do século XIX para o XX, que tematizam

crianças, jogos e brincadeiras infantis do período. Ao investigar as performances infantis na lógica das brincadeiras fotografadas, a autora insiste em uma montagem propositiva dos cenários que incluem crianças de diferentes classes sociais, perfis de gênero e idade, mas que imperam as elites e a compreensão destas sobre o tipo de brincadeira e a maneira correta de fazê-la. Freidenraij faz notar o desejo, por parte dos fotógrafos amadores, em apresentar o universo infantil partilhado por quaisquer crianças, intervindo para construir uma falsa coesão social e naturalizar as brincadeiras ordeiras do padrão civilizatório burguês. Isso fica ainda mais evidente quando a narrativa coteja o uso dessas fotografias reproduzidas em um livro escolar voltado às crianças, de autoria de Pablo Pizzurno e publicado em 1901, bem como na revista *Caras y Caretas*, que as utilizou entre 1901 e 1903. Ambas as publicações, ao converterem as fotografias em ilustrações que acompanhavam os textos escritos, escancaram o caráter normativo do discurso das elites do período em face da moralização das classes populares e trabalhadoras.

Ao longo do século XX, a infância como experiência singularizada despertou interesses editoriais em abarcar essa parcela populacional com seus produtos. Dessa lógica, emerge a revista *Billiken*, lançada em 1919, e considerada pela historiadora Paula Bontempo a mais importante publicação argentina voltada ao público infantil. Em seu texto, Bontempo analisa os comitês promovidos pela revista para que meninos e meninas exercessem sociabilidades e ações sociais com protagonismo em âmbito local. Por meio de associações como essas, construíram-se identidades infantojuvenis em um contexto marcado pela intensificação das tensões entre o Estado e as classes trabalhadoras e a emergência das classes médias no país. Por seu turno e em que pese o protagonismo infantojuvenil, os comitês proporcionaram aos pais e às mães algum prestígio no cenário nacional e demarcavam um lugar de classe, uma vez que a promoção de espaços formais de socialização, familiarizados com as normas de convivência do universo letrado, tais

como as bibliotecas comunitárias, fora analisada por Bontempo em seu texto. A cultura *Billiken* forneceu a milhares de meninos e meninas um manual para sua vida cotidiana nas cidades, mas foi além ao propiciar espaços de reconhecimento de uma posição própria – uma preeminência social que lhes permitia, e às suas famílias, intervir na realidade local e diferenciar-se dos mais abastados, mas sobretudo, dos despossuídos.

Seguindo na chave das tensões de convívio entre distintas classes sociais, Leandro Stagno analisa os conflitos protagonizados por jovens populares/trabalhadores na cidade de La Plata, nos anos 1930, a partir de documentos judiciais produzidos sob os marcos do Tribunal de Menores do país. O texto coloca em destaque as tensões de classe, de gênero e geracionais entre os meninos (os *pibes*) e a vizinhança que os denunciava, sugerindo a criminalização da juventude popular que não se configurava segundo os padrões materiais, morais e comportamentais do ideário estatal e do decoro burguês. Desestimulados da escolarização, inseridos precocemente no mercado laboral como aprendizes, *repartidores*, peões, empregados e jornaleiros – e ocupando os espaços públicos para a realização dessas atividades – jovens entre 13 e 18 anos foram alvo de denúncias que os apontaram como baderneiros e ociosos em função da homosociabilidade *callejera* que os desacreditava ao longo dos processos. A potência do corpo sexualizado que se expressava nos jogos de futebol de rua e na rivalidade da cultura varonil chamava a atenção dos vizinhos e vizinhas que, sob o risco da não diferenciação moral entre si e os demais, clamam às autoridades por um entorno respeitável que a conduta dos meninos vinha a ameaçar.

Mariela Leo, por sua vez, analisa as transformações ocorridas nas relações entre a Sociedade de Beneficência e as mulheres e crianças geridas pela entidade desde a crise de 1929 até a ascensão do peronismo na década seguinte. O ano de 1919 é um marco na história argentina, pois, com a promulgação da Lei do Patronato de Menores, ampliou-se a autonomia das instituições que, a cargo do Estado, legitimaram seu direito à tutela

das infâncias pobres. Nesse contexto histórico, explorando a comunicação escrita entre as famílias e as damas beneméritas, a historiadora destaca as relações de poder estabelecidas, sobretudo, entre mulheres – umas, distintas em função das suas ações assistenciais, capazes de outorgar favores; outras, suplicantes, "pobres mulheres sem recursos", que se valiam da lógica do dom para salvaguardar suas crianças. Prática política das mulheres de elite, a performance da caridade foi alterada pela dignificação dos humildes operada pelo discurso peronista. Uma vez que a assistência despontava como direito, cujo gozo não se estruturava mais pela lógica dos pobres como merecedores ou abusivos, Leo assevera que as famílias se apropriaram da linguagem dos direitos para ressignificar as relações com as entidades e agentes assistenciais.

Já Agostina Gentili avança sobre os anos 1960, investigando as interações entre as famílias que desejavam incorporar uma criança como filho/a e os elencos estatais que se arrogaram o poder de definir o que era esperado da ordem familiar. A historiadora analisa solicitações de guarda com fins de adoção realizadas entre 1957 e 1974, período que abarca a unificação dos procedimentos que permitiu ao Estado tomar para si o monopólio das entregas de crianças. Gentili sustenta que o Estado flexibilizou o julgamento em relação às famílias, uma vez que o ordenamento normativo era profundamente excludente: requeriam-se matrimônios heterossexuais, monogâmicos, indissolúveis e dinâmicas baseadas no ideário burguês. A interação entre as famílias e as autoridades foi permeada por uma autonarrativa que reforçava o empenho moral e material dos solicitantes e a posição do Estado de relevar a ausência desses mesmos valores, a exemplo da ausência feminina no lar, a insuficiência econômica familiar ou os vínculos matrimoniais não oficiais. A historiadora conclui que as relações de afeto sobrepujaram tais inadequações, após longos períodos de tutela e frente à necessidade de colocação familiar de meninos e meninas, sobretudo oriundos de famílias muito pobres e frutos de relações ilegítimas.

O capítulo autoral de Isabella Cosse é centrado nas estratégias da esquerda peronista na produção de subjetividades que catalisaram as infâncias e juventudes na construção de apoios sociais nos anos 1970. A historiadora analisa as contendas pela ampliação de direitos da classe trabalhadora no jornal *Noticias*, editado pelo coletivo *Montoneros*, bem como as campanhas da *Frente Justicialista de Liberación Nacional*. A infância como construção social que condensa o compromisso mais sagrado de uma comunidade e define suas prioridades foi mobilizada pelos coletivos de esquerda para retomar o simbolismo do primeiro peronismo e, a partir dele, a centralidade dos *descamisados* e dos chamados *cabecitas negras*. Mediante análise das imagens utilizadas nas capas de *Noticias*, Cosse destaca os intentos da esquerda por recuperar o amarre entre o peronismo e a nação que se apresentava indígena, popular e latino-americana, em contraste com o país branco, europeu e de classe média sustentado por outras forças políticas. Em algumas situações, *Noticias* transcendia o papel político, realizando investigações que dialogavam com a cultura popular, denunciavam como as injustiças de classe, raça e idade sopesavam a infância e confrontavam a estigmatização das organizações de esquerda no país.

Encerra o livro a análise que Karin Grammatico constrói do feminismo na Argentina durante a última ditadura no país (1976-1983). Um episódio de rechaço à exposição pública de uma mãe solteira, funcionária estatal, inicia uma campanha de sensibilização em torno dos temas filiais e, em especial, da *patria potestad*, que consistia na prerrogativa paterna sobre os filhos em detrimento da materna. Em torno dessa temática, as feministas alcançaram mulheres que não se identificavam com o feminismo, convertendo a contenda em um amplo movimento social que interpelava o próprio Estado. Para historiar os dispositivos em disputa, Grammatico faz um recorrido pelo arcabouço legislativo do país, a exemplo do Código Civil de 1869 – um corpo normativo que estabelecia a inferioridade jurídica das mulheres; e da já referida Lei do Patronato de Menores, de

1919, que abriu espaço para a tutela das crianças pelo Estado e, raras exceções, pelas mães. Em um momento de intensa atividade política, um movimento feminista sensivelmente modificado, que alentava mais à maternidade desejada do que ao antimaternalismo, viu sancionar a Lei n. 23.264/1985, que reconheceu o direito de pais e mães ao pátrio poder; para Grammatico, uma conquista compartilhada com as mulheres e mães das classes trabalhadoras.

Nos capítulos apresentados, o desafio a que se lançaram as autorias consistiu em analisar as formas tomadas pelo Estado argentino em seu avanço na regulação cotidiana das classes populares ao longo de diferentes momentos históricos. Processos vinculados à modernização da sociedade argentina, sua consolidação na lógica do capitalismo agroexportador e diante de uma instabilidade política contínua. Paradoxalmente, todo esse dinamismo se vinculava de forma direta ao passado de dominação colonial e, portanto, a um estrato de longa duração. Quando, no bojo das contendas políticas, alçaram-se os estigmas de nascimento, as relações extra ou não matrimoniais, as petições feministas, os modelos de infância, a criminalização da juventude popular ou a marginalização de certas infâncias, estavam sendo enfrentados os paradigmas familiares patriarcais, heterossexuais, da família nuclear, de uma elite cultural e econômica que se entende branca e merecedora dos seus privilégios. Eis um ponto em que a história argentina faz eco a processos de verossimilhança com toda América Latina.

Os grupos de pesquisa configuram espaços de excelência na produção de conhecimento na América Latina, dada a característica da nossa academia de abrigar impreterivelmente professores(as) e pesquisadores(as). No âmbito dos grupos de pesquisa, produzem-se intelectuais que, para além do ensino e da pesquisa, atuam nas agendas estatais, pensando e avaliando políticas públicas. O grupo coordenado por Isabella Cosse se inscreve – tomando-se em conta a obra aqui analisada – no conjunto de uma qualificada produção no campo da história das infâncias e

famílias na América Latina. Dá mostras, também, da maturidade da atual produção de conhecimento em perspectiva interseccional, visto que, no cruzamento das categorias de raça e etnia, classe, gênero e geração, em diferentes arranjos, a obra demonstra como se hierarquizaram indivíduos e grupos sociais em representações e em políticas públicas contemporâneas na Argentina. As análises que os capítulos entregam, com seu potencial para comunicar o presente e, assim, inquietar-nos com as permanências dos padrões e das injustiças, asseveram a importância dos estudos históricos, do seu incentivo e financiamento para problematizar a realidade social.

## Referências

COSSE, Isabella. *Estigmas de nacimiento: Peronismo y orden familiar, 1946-1955*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años 1960*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

COSSE, Isabella. (Comp.). *Familias e infancias en la historia contemporánea: jerarquias de clase, género y edad en Argentina*. Buenos Aires: Edivim, 2021.

---

## Camila Serafim Daminelli

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2019). Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Compõe a Comissão Coordenadora do GT História da Infância e da Juventude Anpuh/SC.

---

## Endereço para correspondência

### CAMILA SERAFIM DAMINELLI

Universidade do Extremo Sul Catarinense  
Av. Universitária, 1105  
Bairro Universitário, 88806-000  
Criciúma, SC, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Mais H Consultoria Linguística Internacional e submetidos para validação da autora antes da publicação.*